

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.248 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2001

Agenda da Semana

Senadores discutem estímulo à fidelidade partidária

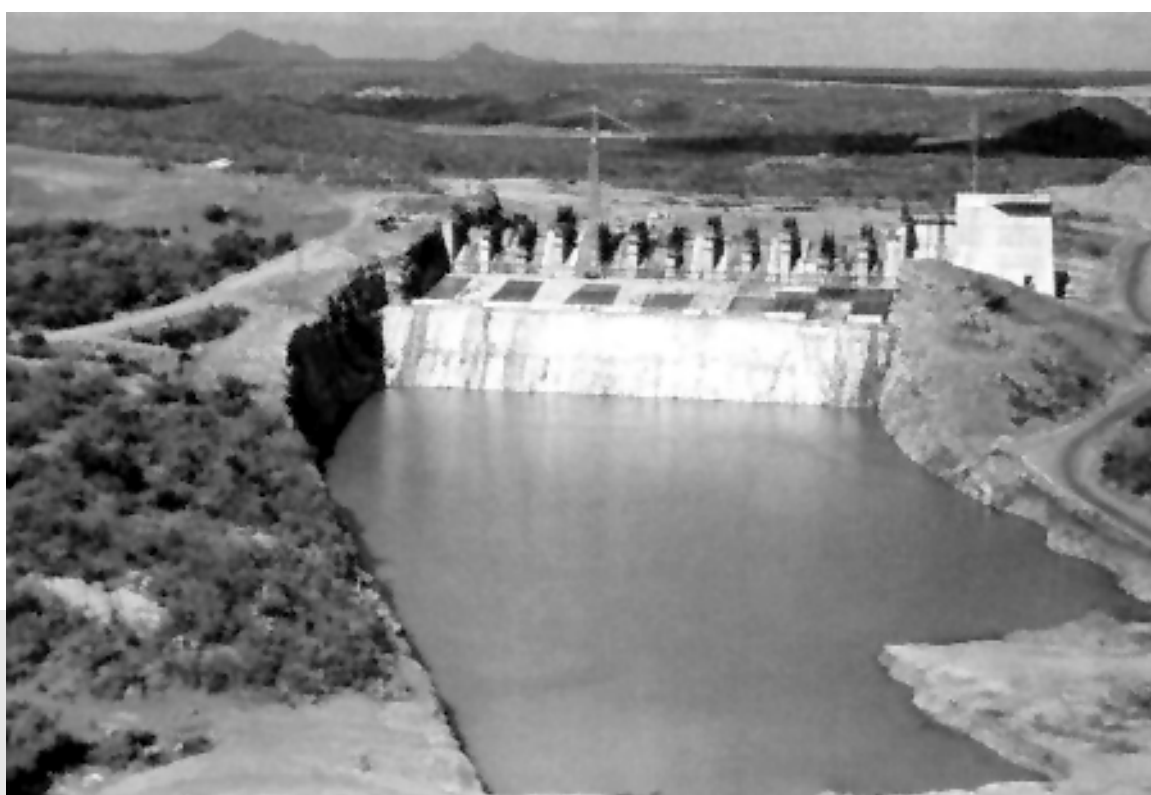
Projeto que fixa prazo mínimo de quatro anos de filiação para os candidatos que já tenham pertencido a outro partido, de autoria de Bornhausen, é uma das matérias na pauta, que inclui também plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia

PÁGINA 3

Celso Lafer fala ao Plenário sobre disputas com o Canadá

O ministro das Relações Exteriores comparece ao Senado na quarta-feira, às 14h30, para falar sobre o processo movido pelo governo canadense contra o Brasil devido à disputa de mercado entre a Bombardier e a Embraer. Ele deve abordar também as conseqüências do boicote à carne brasileira, suspenso no dia 23.

PÁGINA 3



A barragem do Castanhão, no Ceará, é uma das primeiras obras a serem visitadas pelos senadores e deputados



Lavagem de dinheiro e evasão de rendas são temas de depoimento

Senadores devem ouvir amanhã depoimento do sub-relator da CPI do Narcotráfico na Câmara dos Deputados e de ex-deputado estadual do Rio de Janeiro que presidiu comissão parlamentar de inquérito sobre evasão de rendas nos estádios.

PÁGINA 8

Parlamentares iniciam visita a obras executadas com recursos do Orçamento

Senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento iniciam pelo Ceará, na quinta-feira, visita a grandes obras executadas nos estados com recursos federais. As primeiras obras visitadas

são as barragens do Castanhão e do Tabuleiro de Russas, o porto de Pecém e o sistema de trens metropolitanos de Fortaleza. Os parlamentares pretendem tornar o Orçamento mais transparente.

PÁGINA 6

Líderes retomam entendimento para composição de comissões

PÁGINA 8



O presidente do Senado, Jader Barbalho, determinou a investigação das denúncias

Denúncias da revista "IstoÉ" começam a ser investigadas

Com a avaliação do sistema de votação eletrônica do Senado por peritos da Unicamp, começaram os trabalhos das comissões designadas por Jader Barbalho.

PÁGINA 5



Jucá anunciou o depoimento dos procuradores na Comissão de Fiscalização e Controle

PROCURADORES DEPÕEM NA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO SOBRE O CASO EDUARDO JORGE

PÁGINA 5

Jader evita "juízo político" sobre pedido de CPI mista

Na condição de presidente da Casa, senador prefere aguardar a efetivação do requerimento para tomar "as iniciativas pertinentes"

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse que, por força do cargo que ocupa, não se sente à vontade para comentar a decisão do PT de defender a instalação de CPI mista sobre corrupção nos três Poderes, preferindo "evitar emitir juízo de natureza política". Ele prometeu, porém, tomar as iniciativas pertinentes, de acordo com o Regimento e a Constituição, caso o pedido de constituição da CPI seja efetivado.

Jader repeliu declarações do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sobre supostas irregularidades no Banco do Estado do Pará: — Esse assunto já foi exaustivamente tratado e apreciado judicialmente. É um episódio de 16 anos atrás e



Jader Barbalho reafirma compromisso de equilíbrio no exercício do cargo

entendo isso como um balão de ensaio para desviar do tema central: se houve ou não fraude, crime, estelionato em relação ao painel do Senado, que é algo muito grave — afirmou.

Jader disse que deseja manter o compromisso de defender a dignidade do cargo que ocupa:

— Prometi, no dia da minha posse, exercer a Presidência do Senado com equilíbrio, respeitando a função de presidente, e tentarei fazê-lo desta forma, levando adiante as apurações determinadas na Casa — afirmou.

Quanto ao andamento dos trabalhos da comissão de inquérito do Senado que investiga a vulnerabilidade do painel, o senador informou que os técnicos da Unicamp chama-

dos para assessorá-la ficaram de elaborar um roteiro de procedimentos, depois de terem se reunido com o presidente da comissão, o consultor legislativo Dirceu Teixeira de Matos, diretores da empresa que instalou o equipamento e da que estava encarregada da manutenção desde maio.

Jader disse que uma das tarefas da comissão será apurar se foi coincidência o fato da troca de empresas — feita sem licitação, por um contrato "de emergência" — ter ocorrido às vésperas da votação da cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão.

O presidente do Senado não descartou inteiramente a apresentação de fita gravada da conversa entre Antonio Carlos e procuradores da República, já que pelo menos uma delas ainda existiria e poderia ser reconstituída. Disse também que a presença do procurador Luiz Francisco de Souza no Senado seria esclarecedora.

CCJ começa a apreciar proposta de criação de agências e extinção do DNER

O projeto de criação de duas novas agências reguladoras — ligadas ao transporte terrestre e aquaviário — começa a ser analisado, nos próximos dias, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Já aprovado pela Câmara, o texto enviado pelo Executivo estabelece normas para a concessão de serviços nos dois setores e prevê a extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Entre os princípios básicos que deverão reger a atuação do governo no setor, de acordo com o projeto, estão os de promover o desenvolvimento, assegurar a unidade nacional e estimular a integração regional. Caberá ao Ministério dos Transpor-

tes formular as políticas nacionais para os setores ferroviário, rodoviário e aquaviário. Além disso, a pasta estabelecerá as normas da política tarifária a ser exercida nas outorgas de prestação de serviços, levando em conta critérios uniformes para a cobrança de pedágio ao longo das rodovias federais.

Para colocar em prática as diretrizes estabelecidas pelo ministério e pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, ao qual caberá estimular a multimodalidade, são criadas a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Elas serão integrantes da administração federal

indireta, em regime autárquico especial, e vinculadas ao Ministério dos Transportes.

O projeto prevê ainda a criação do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), que deverá estabelecer padrões e normas para o projeto e a execução de obras viárias, e administrar programas de manutenção, conservação e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis e terminais portuários. De acordo com a proposta, assim que forem instaladas a ANTT, a Antaq e o DNIT, será extinto o DNER e serão dissolvidas a Rede Ferroviária Federal, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot) e a Valec — Engenharia, Construção e Ferrovias.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096, de 1995, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PDL nº 213/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itumbiara (GO); PDL nº 242/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itapeva para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapeva (SP); PDL nº 293/99, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Carreio do Vale para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape (PB); PDL nº 86/2000, aprova o ato que outorga permissão à Empresa Chapadense de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadão do Sul (MS); Requerimento nº 14-A, solicita a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 276/2000-Complementar, de sua autoria, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro; e Requerimento nº 15/2001, solicita a tramitação conjunta do PLS nº 252/2000 (dispõe sobre o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais), com os de nºs 151 e 353, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre o mesmo assunto.

Quarta-feira

10h — Sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Plenário do Senado

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Comparecimento, em plenário, do ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, em cumprimento ao requerimento de autoria do senador Paulo Hartung, para prestar esclarecimentos sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, medida seguida pelo México e Estados Unidos da América, bem como sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 113/2000, altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada; PDL nº 18/1999, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 115/1996, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rondonópolis (MS); PDL nº 1/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Patense de Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas (MG); PDL nº 2/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paiquerê para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Landrina (PR); PDL nº 3/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Apucarana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana (PR); PDL nº 22/2000, aprova o ato que outorga concessão à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Abaetetuba (PA); PDL nº 27/2000, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Emissora Metropolitana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro (RJ); PDL nº 111/2000, aprova concessão à Rádio Princesa das Matas para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Viçosa (AL); PDL nº 122/2000, aprova permissão à Rádio Debie para serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivaiporã (PR); PDL nº 202/2000, aprova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília (DF); Requerimento nº 16/2001, solicita a tramitação conjunta do PLS nº 595, de 1999, com os de nºs 545, 582, 665 e 681, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

Após a Ordem do Dia — CPI do Futebol

Pauta: Depoimentos do deputado Robson Tuma e do ex-deputado estadual José Francisco Veloso, que presidiu a CPI criada na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, em 1994, para investigar a evasão de renda nos estádios de futebol. *Ala senador Nilo Coelho, anexo II, sala 2*

17h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Depoimento do procurador da República Luiz Francisco de Souza sobre denúncias de irregularidades supostamente cometidas pelo ex-secretário da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira. As denúncias foram feitas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em encontro com três representantes do Ministério Público, publicadas pela revista *IstoÉ*. *Ala senador Nilo Coelho, anexo II, sala 6*

Quarta-feira

17h — Comissão de Fiscalização e Controle

Depoimento dos procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly sobre denúncias de irregularidades supostamente cometidas pelo ex-secretário da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira. *Ala senador Nilo Coelho, anexo II, sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprecia estímulo à fidelidade partidária

Projeto do senador Jorge Bornhausen, que o Plenário pode votar amanhã, fixa prazo mínimo de quatro anos de filiação para os candidatos que tenham pertencido a outro partido. Proposta já foi aprovada pela Comissão de Justiça

Plebiscito pode decidir se MT terá nova divisão

Os habitantes de Mato Grosso poderão ter de escolher nas próximas eleições se o Brasil ganhará uma nova unidade da Federação – o estado ou território do Araguaia. Plebiscito nesse sentido está previsto em projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que o Plenário votará na quinta-feira.

A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) defendeu parecer indicando que a população deverá decidir se a área será estado, território ou permanecerá incluída no estado de Mato Grosso.

Mozarildo apresentou ainda propostas autorizando plebiscitos para criarem mais duas unidades da Federação, o estado do Tapajós, no Pará, e do Solimões, no Amazonas. Em relação ao Tapajós, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que foi relator da matéria na CCJ, modificou a proposta original, determinando que o plebiscito optará pela criação de um território, e não de um estado. Já em relação ao Solimões, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou substitutivo, aprovado na comissão, criando três territórios no local, em vez de um estado. Essas duas matérias aguardam exame da Câmara dos Deputados.

Justificando a necessidade de criação do estado do Araguaia, Mozarildo argumentou que Mato Grosso tem 906.806 quilômetros



Mozarildo Cavalcanti defende uma nova divisão de Mato Grosso, com criação do estado do Araguaia

quadrados, mais de quatro vezes a área do estado de São Paulo. Segundo o senador, Mato Grosso tem quase o mesmo tamanho que São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santos juntos. “Por sua dimensão, não consegue se beneficiar de ações governamentais para induzir um desenvolvimento harmônico do estado”, disse o senador.

Para Mozarildo, a região norte de Mato Grosso, onde poderá ser criado o Araguaia, é a que mais se ressentia da ausência do estado. Para o senador, a criação de um novo estado no local permitirá a construção de uma estrutura de serviços públicos e de instituições que permita aos habitantes da região ter mais desenvolvimento e bem-estar social.

O projeto que estimula a fidelidade partidária entra em pauta na sessão plenária de amanhã, conforme anunciou, na semana passada, o presidente do Senado, Jader Barbalho. Apresentada pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), a proposta fixa prazo mínimo de quatro anos de filiação para os candidatos que já tenham pertencido a outro partido.

Essa medida torna praticamente impossível a troca de legendas por todos os eleitos que desejarem candidatar-se ao pleito seguinte. As únicas exceções previstas pela proposta são para os detentores de mandato que participem do processo de criação de um novo partido e para os que estiverem envolvidos em casos de fusão de agremiações ou incorporação de uma legenda por outra. Os candidatos ligados a seu primeiro partido deverão estar filiados por um ano.

O senador Jader Barbalho enfatizou que o assunto é importante e já apontou a reforma política como um dos temas prioritários de sua gestão logo após a eleição da nova Mesa. “Desejo chamar a atenção da Casa para essa discussão”, afirmou ao final da sessão plenária da última sexta-feira.

Na justificativa de seu projeto, Bornhausen afirma que a disciplina partidária exige um mínimo de

identidade na relação entre o candidato e seu partido. “Essas condições só podem ser obtidas se houver limitação ao troca-troca de partido que ocorre entre os eleitos, mormente no início das legislaturas, mediante negociatas que depõem contra toda a classe política e as nossas instituições”, observa o senador.

O projeto foi aprovado por 13 votos a dois em novembro do ano passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após uma longa discussão. Ao defender sua proposta, Bornhausen lembrou então aos integrantes da comissão as 143 trocas de partido realizadas por candidatos eleitos em 1998. “Essas trocas desmoralizam a classe política”, sustentou.

Por sua vez, o relator da proposta, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), afirmou durante o debate na comissão que as mudanças de partido são feitas pelos candidatos elei-

tos sem consulta aos eleitores. “Dessa forma, os eleitores escolhem mas não decidem”, disse o senador. O projeto foi aprovado em caráter terminativo pela CCJ, mas foi apresentado um recurso junto à Mesa para que o texto fosse também apreciado pelo Plenário, antes de seguir para a Câmara.

Na quarta-feira, será votado projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que torna inelegíveis os candidatos com prestações de contas de gastos de campanha rejeitadas pela Justiça. A inelegibilidade, de acordo com a proposta, valerá tanto para a eleição na qual o candidato tenha sido diplomado quanto para as que se realizarem nos três anos seguintes. Na justificativa de seu projeto, Mendes recorda não haver notícia de punição de candidatos, eleitos ou não, por irregularidades observadas em contas referentes a campanhas eleitorais.



Jorge Bornhausen afirma que as trocas de partido desmoralizam a classe política

Celso Lafer fala aos senadores sobre disputas comerciais com o Canadá

Os senadores recebem na quarta-feira, às 14h30, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer. O ministro vai falar no plenário sobre o embargo comercial feito pelo Canadá à carne bovina brasileira e também sobre o impasse entre os dois países envolvendo subsídios concedidos às empresas de aviação. O convite a Lafer foi feito por requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES), aprovado durante a convocação extraordinária.

Sob o argumento de que o rebanho brasileiro estaria sujeito à contaminação pelo mal da vaca louca, o Canadá suspendeu a compra da carne produzida no Brasil. A medida foi seguida pelo México e Estados Unidos, causando prejuízos que, segundo a Sociedade Rural Brasi-

leira, alcançaram cerca de R\$ 7 bilhões. O embargo terminou no último dia 23, depois de 21 dias de suspensão de negócios com o Brasil.

Quanto à disputa no setor de aviação, o governo canadense moveu processo contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), alegando que o governo brasileiro ofereceu subsídios à Embraer, que concorre no merca-

do internacional com a canadense Bombardier.

O Plenário também aprovou, no início de fevereiro, requerimento convidando o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, para tratar do embargo canadense, mas ainda não há data marcada para a vinda do ministro. O convite foi feito por requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR).



Celso Lafer está convidado para comparecer ao plenário na quarta-feira

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

Subsecretaria de Projetos Especiais - MCM

www.senado.gov.br

Oposição exige CPI para apurar denúncias de ACM

Partidos oposicionistas vão conclamar todos os senadores e deputados federais a assinarem o requerimento de criação da comissão de inquérito

A oposição insistirá na instalação de uma CPI mista para apurar denúncias de irregularidades no Executivo, sobretudo as que envolvem o ex-secretário da Presidência da República Eduardo Jorge. Segundo o líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), 109 deputados e 19 senadores já assinaram o requerimento de criação da comissão. Faltam 62 assinaturas na Câmara e oito no Senado para que a CPI seja instalada. O pedido conta com o apoio de parlamentares do PT, PDT, PCdoB, PPS, PL, PSL, PV e PSB.

Na avaliação dos líderes oposicionistas, somente uma comissão de inquérito terá os instrumentos necessários para investigar as irregu-



Dutra informou que 109 deputados e 19 senadores assinaram o pedido de instalação de uma CPI mista

laridades apontadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). – A tarefa de apuração é da CPI, que teria todos os instrumentos

para discutir essa lama que cobre o governo – disse o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA).

Com a divulgação por ACM de denúncias sobre corrupção no governo, os partidos oposicionistas resolveram intensificar o recolhimento de assinaturas para criar a CPI. O requerimento, apresentado em junho, pede a apuração de irregularidades na liberação de recursos para a obra do TRT de São Paulo, mas também se refere à possibilidade de investigar desvio de recursos “em outras obras ou concessões na administração pública”. A oposição anunciou que vai conclamar todos os deputados e senadores a assinarem o requerimento, numa “cruzada contra a corrupção”.

Recuo do PT é estratégia para obter o apoio de Antonio Carlos, afirma Nabor

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou sexta-feira que o PT agiu estrategicamente ao desistir de pedir a cassação do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), por suspeita de violação do sigilo da votação em que o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foi cassado, em junho do ano passado.

Na opinião de Nabor, o recuo do PT tem como objetivo obter dos parlamentares ligados a Antonio Carlos apoio ao pedido de instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito para investigar as denúncias de corrupção feitas pelo senador baiano.

O senador pelo Acre elogiou as



Para Nabor, o PT desistiu de pedir a cassação de Antonio Carlos na esperança de instalar CPI

medidas adotadas pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, para apurar as suspeitas de violação do painel eletrônico.

– Se o sistema não é confiável, tem de ser substituído – afirmou.

Nabor disse acreditar na normalização das relações tanto entre o PFL e o governo como entre os partidos aliados do governo. Referindo-se às demissões de ministros pefelistas, citou como exemplos dos que “continuam gozando da confiança do presidente Fernando Henrique Cardoso” o ministro do Desporto e Turismo, Carlos Melles, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carrazai.

– A maioria dos colaboradores do primeiro, segundo e terceiro escalões ligados ao PFL não foram e nem serão demitidos – afirmou.

Dutra pede que Conselho de Ética investigue declarações publicadas pela revista “IstoÉ”

O líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), apresentou requerimento solicitando ao Conselho de Ética a apuração dos fatos citados na última edição da revista *IstoÉ*. A revista divulgou conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e procuradores da República, nas quais o senador baiano apresenta denúncias de corrupção no Executivo e diz ter tido acesso ao sigilo das votações secretas no Plenário do Senado Federal.

Com a medida, a oposição desiste, pelo menos temporariamente, de pedir a cassação de Antonio Carlos. “Solicitamos que o Conselho de Ética apure todos os fatos, assegurando amplo direito de defesa a senadores eventualmente envolvidos.” De acordo com Dutra, o resultado das investigações pode levar a um pedido de cassação.

– A representação contra Luiz Estevão (*senador cassado*) baseou-se no relatório de uma CPI – compa-

rou, lembrando que o Conselho de Ética, que deverá ouvir o parlamentar baiano, poderá levantar se houve quebra de decoro por parte de Antonio Carlos.

HELOÍSA HELENA

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), que teria sido acusada por Antonio Carlos de votar contra a cassação de Estevão, disse que não vai mais debater com o ex-presidente do Senado por intermédio da imprensa. “Não vou mais gastar adjetivos pela imprensa, pois não gosto de falar pelas costas”, afirmou a senadora.

Heloísa Helena lamentou a falta de provas do teor da conversa do senador com os três procuradores da República. Ela disse, no entanto, que argüirá Antonio Carlos em plenário. E acrescentou que também espera que o Conselho de Ética do Senado promova uma acareação entre ACM e o procurador Luiz Francisco de Souza, que divulgou a conversa.

Senado começa a averiguar suposto vazamento de informações no caso Estevão

Será instalada na manhã de hoje a comissão de inquérito administrativo criada para apurar eventual participação do jornalista Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, na divulgação de dados de sigilo bancário e telefônico do senador cassado Luiz Estevão (PMDB-DF) à imprensa. A comissão vai ser presidida pelo consultor legislativo Wilson Roberto Theodoro, que será auxiliado pela advogada Helena Pereira Guimarães e pelo consultor Arlindo Fernandes de Oliveira, todos servidores efetivos da Casa.

De acordo com Wilson Theodoro, o ponto de partida do processo administrativo disciplinar será a análise do conteúdo das notícias veiculadas na edição da revista *IstoÉ* na semana anterior ao carnaval. A revista publicou declarações atribuídas ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, que teria admitido a procuradores da

República o vazamento de dados relativos às movimentações bancária e telefônica do ex-senador Luiz Estevão.

A pauta de trabalhos da comissão ainda não está definida, mas Theodoro prevê a convocação de depoimento do jornalista, que terá amplo direito de defesa e poderá indicar testemunhas. Os consultores legislativos também pretendem solicitar informações sobre a vida funcional do ex-diretor de Comunicação Social ao Departamento de Pessoal do Senado e outras relativas ao caso junto ao Ministério Público Federal.

Com prazo de funcionamento de 60 dias, prorrogável por igual período, a comissão vai nortear todo o processo administrativo disciplinar com base na Lei nº 8.112, de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos federais. O relatório final da comissão deve dizer se houve infração e, em caso positivo, qual a penalidade aplicável ao caso.

SENADO FEDERAL
UM CANAL ABERTO COM O CIDADÃO

Se você é de Brasília
sintonize o novo canal aberto 51 UHF

Se você não é de Brasília
sintonize a TV Senado através de antena parabólica com sinal analógico na frequência de 4130 MHz via BRASILSAT B1

A TV Senado continua disponível também nas operadoras de TV por assinatura do país (Sky, Net, Direct TV e Tec Sat).

51

TV SENADO
Você no centro de política nacional

Corregedor procura provas das denúncias de "IstoÉ"

Romeu Tuma reúne "elementos de materialidade" para avaliar se as declarações que teriam sido prestadas por Antonio Carlos Magalhães a procuradores da República poderiam configurar quebra de decoro parlamentar

O corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), disse na quinta-feira que pretende "procurar provas e elementos de materialidade" para cumprir a tarefa recebida do presidente da Casa, Jader Barbalho, de avaliar se as declarações que teriam sido prestadas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a procuradores da República poderiam configurar quebra de decoro parlamentar. A revista *IstoÉ* publicou trechos do que teriam sido essas conversas.

De acordo com a revista, Antonio Carlos teria dito que sabia como os senadores haviam vota-

do no processo de cassação do senador Luiz Estevão. Tuma revelou que vai solicitar formalmente à Procuradoria-Geral da República o envio das fitas em que o procurador Luiz Francisco de Souza gravou o encontro com o parlamentar baiano. O corregedor entende que essas fitas são fundamentais para dar materialidade ao caso e estabelecer com precisão o que teria sido dito na reunião. Ele considera que as informações veiculadas pela revista são "graves e atingem a instituição" (o Senado). Tuma também pretende ouvir o senador Antonio Carlos Magalhães sobre a questão.



Romeu Tuma esclarece que pretende ouvir também o senador Antonio Carlos Magalhães sobre o assunto

Quatro peritos da Unicamp examinam painel eletrônico

Quatro peritos da Universidade de Campinas (Unicamp) começaram, na última quinta-feira, o trabalho de avaliação do sistema de votação eletrônica do Senado Federal. Os professores doutores Mário Jino, Álvaro P. Crósta, Marco Aurélio Amaral Henriques e José Raimundo de Oliveira estão examinando se existe a possibilidade de o painel de votação ser violado ou fraudado. Eles foram contratados por decisão do presidente da Casa, senador Jader Barbalho.

Jader também determinou o lacre do painel de votação e a criação de duas comissões de inquérito — uma para investigar se houve quebra de decoro por parte do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que declarou conhecer os votos dos senadores no processo de cassação do senador Luiz Estevão, e outra para apurar se houve vazamento de informações sigilosas à imprensa, relativas a Luiz Estevão, por iniciativa do então diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita.

O resultado da sindicância sobre a vulnerabilidade ou não do sistema de votação eletrônica, que não tem prazo definido para ser entregue, será analisado pela comissão de inquérito integrada por Dirceu Teixeira de Matos, Wilson Roberto Theodoro e Rubem Martins Amorese, consultores legislativos do Senado. Segundo informou Dirceu de

Matos, presidente da comissão, o grupo terá que aguardar o relatório dos peritos para tomar as providências necessárias.

Ele também informou que os peritos participaram, na quinta-feira, de uma reunião com a diretoria e técnicos do Prodasen, os integrantes da comissão de inquérito e os representantes das empresas Kopp, fabricante do sistema de votação eletrônica do Senado, e Panavideo, responsável pela manutenção do sistema. Os representantes das empresas fizeram uma apresentação técnica resumida do sistema de votação e devem receber, brevemente, uma lista dos documentos que os peritos da Unicamp vão precisar para fazer a análise do equipamento.

Os peritos também visitaram a sala de controle do sistema eletrônico de votação, que foi deslacrada para a execução de um levantamento preliminar e conhecimento das instalações físicas do painel e fotografado pelos técnicos.

Dirceu comunicou ainda que uma pasta de documentos contendo os ofícios de autorização para a entrada dos técnicos no plenário, com vistas à manutenção do sistema, já está em poder da comissão. Depois de visitar o plenário, os técnicos voltaram a lacrar a sala de controle do painel, sendo que, conforme salientou o consultor, em nenhum momento o sistema de controle de votações chegou a ser ligado.

Consultor legislativo responderá por informações

O consultor legislativo Dirceu Teixeira de Matos será o responsável pela divulgação oficial dos levantamentos que estão sendo feitos pela comissão destinada a apurar denúncias de possível vulnerabilidade do sistema eletrônico de votação do Senado. A intenção, segundo a assessoria de imprensa do Centro de Processamento de Dados do Se-

nado (Prodasen), é evitar a duplicidade de informações.

A decisão foi tomada durante reunião realizada na manhã de quinta-feira entre os consultores que fazem parte da comissão de inquérito, a diretora-executiva do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, funcionários do Prodasen, peritos da Universidade de Campinas (Unicamp) e dois represen-

tantes das empresas responsáveis pela instalação e manutenção do painel eletrônico.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, determinou a apuração das denúncias e também o lacre do painel enquanto durarem as investigações. Nesse período, as votações serão realizadas pelo sistema convencional de cédulas impressas.

CFC ouve procuradores sobre caso Eduardo Jorge

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Romero Jucá (PSDB-RR), convidou na sexta-feira os procuradores federais Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly a prestarem depoimento sobre denúncias de irregularidades supostamente cometidas pelo ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira. As denúncias teriam sido feitas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em encontro com os três membros do Ministério Público Federal e publicadas pela revista *IstoÉ*.

Luiz Francisco de Souza deverá comparecer ao Senado amanhã, às 17h. No dia seguinte, também às 17h, a CFC ouvirá Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Com os três depoimentos, Jucá disse que a comissão retoma seus trabalhos de apuração de desdobramentos da CPI do Judiciário, encaminhados à CFC por subcomissão da



Romero Jucá, presidente da CFC, fez convite a três procuradores da República

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que tratou do assunto no ano passado.

Romero Jucá lembrou que, à época, designou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) como relator da matéria. Com o convite aos procuradores, a CFC procura agora "conhecer a verdade das informações recebidas por eles no que diz respeito aos assuntos tratados pela comissão", afirmou o sena-

dor, referindo-se às denúncias de tráfico de influência por parte de Eduardo Jorge, que vieram à tona durante os trabalhos da CPI do Judiciário.

A partir desses depoimentos, Jucá disse que a CFC poderá aprofundar a análise dos resultados da CPI e, caso o relator considere necessário, convidar outros depoentes para subsidiarem o trabalho da comissão.

Comissão visita obras executadas com verba federal

Integrantes da Comissão Mista de Orçamento iniciam na quinta-feira, no Ceará, uma série de visitas destinadas a verificar como são utilizados os recursos da União. O objetivo é tornar questões do gênero mais transparentes para a população

Deputados e senadores da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização iniciam na quinta-feira visitas a grandes obras executadas nos estados com dinheiro federal, dentro de um programa destinado a discutir e tornar mais transparente o Orçamento da União. As primeiras obras localizam-se no Ceará e incluem as barragens do Castanhão e do Tabuleiro de Russas (projetos de irrigação), o Porto de Pecém e o sistema de trens metropolitanos de Fortaleza.

Fazem parte da comitiva os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Marluce Pinto (PMDB-RR), o

presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), além de oito deputados, representando vários partidos políticos. Eles voltarão a Brasília no dia 10. Serão visitadas, logo em seguida, obras em São Paulo e Minas Gerais.

A comissão também realizará audiências públicas para discutir os gastos da União, ao mesmo tempo em que tentará tornar mais compreensível o projeto orçamentário para a população, inclusive com a distribuição de cartilhas. Nos debates, serão tratadas, com a presença de especialistas, questões como dívida pública, aumento da carga tri-



A barragem do Castanhão está entre as obras que os parlamentares visitarão no Ceará

butária e subsídios e incentivos fiscais, entre outras.

O deputado Alberto Goldman pretende desenvolver essas atividades nos próximos meses, quando a comissão estará examinando o projeto de revisão do Plano Plurianual, que estabelece as prioridades de investimentos federais até o final do ano 2003. O Congresso já aprovou o Plano Plurianual, mas o assunto voltará ao de-

bate por conta de modificações que o Executivo fez no projeto.

Segundo Goldman, as audiências públicas destinam-se a explicar aos parlamentares e à população assuntos que, por falta de informações, são tratados de forma deturpada. Como exemplos, citou a dívida pública da União e o aumento da carga tributária.

— A dívida federal cresceu por vários motivos. Entre eles, a rolagem das dívidas de estados e municípios. Nesses debates, vamos esmiuçar a dívida pública para esclarecer à população por que chegamos aos números atuais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Sen. Ramez Tebet e o presidente do Ipea, Roberto Martins, falam sobre interiorização e desenvolvimento
7h30 — *Entrevista* — Sen. Ricardo Santos fala sobre a telefonia brasileira
8h — *Especial* — Cinema
8h30 — *Saúde/Unip* — Correção de deformações congênitas — parte 1
9h — *Redescobrimos o Brasil* — Glauber Rocha
10h — Palestra do filósofo Gerard Bornheim — “Do sagrado ao profano”
11h30 — *Cidadania* — Sen. Lúcio Alcântara, Rogério Viana, coordenador de comércio eletrônico, e Raphael Mandarino, do Comitê Gestor da Internet, falam sobre comércio eletrônico

12h30 — *Entrevista* — Sen. Ricardo Santos fala sobre a telefonia brasileira
13h — *As Cores do Brasil* — Natal
13h30 — *Debate* — Sen. Ramez Tebet e o presidente do Ipea, Roberto Martins, falam sobre interiorização e desenvolvimento
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Sen. Sebastião Rocha fala sobre a utilização do silicônio na saúde
19h — *Cores do Brasil* — Manaus
19h30 — *Debate* — Sen. Ramez Tebet e o presidente do Ipea, Roberto Martins, falam sobre interiorização e desenvolvimento
20h30 — *Entrevista* — Sen. Ricardo Santos fala sobre a telefonia brasileira
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Dia Internacional da Mulher

Data homenageia operárias queimadas vivas

“Nós, mulheres, não somos exemplos nem modelos a seguir; somos demonstração viva das conquistas alcançadas e da possibilidade de avançar.”

Senadora Emilia Fernandes

No próximo dia 8 de março, em quase todo o mundo, acontecerão homenagens pelo Dia Internacional da Mulher. A data será comemorada pelo Congresso Nacional em sessão solene a realizar-se nesta quarta-feira, dia 7, a partir das 10h, no plenário do Senado.

O dia 8 de março foi escolhido para homenagear as 129 operárias da fábrica têxtil Cotton, de Nova York (EUA), queimadas vivas pelos patrões em 1857, após declararem greve contra salários de fome e jornada de trabalho de 16 horas por dia. Em 1910, num Congresso Internacional de Mulheres realizado em Copenhague, Dinamarca, ficou decidido que a data seria o marco comemorativo do Dia Internacional da Mulher.

De lá para cá, a mulher garantiu seu espaço no mercado de trabalho. No Brasil, elas representam 41% da população economicamente ativa e mais de um quarto das famílias brasileiras depende do trabalho delas. Embora possuam maior nível de instrução que os homens, elas não conseguem ocupar postos de trabalho compatíveis com sua formação. As mulheres empregadas ganham menos de 70% do que os homens, nas mesmas condições.

Em outros países, a situação é

bem melhor.

Na Colômbia, segundo a senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS), as mulheres conquistaram por lei o direito de ocupar pelo menos 30% dos cargos públicos. Na capital colombiana, Bogotá, o prefeito Antanas Mockus foi além. Dos 27 cargos de chefia existentes na prefeitura, 18 são ocupados por mulheres. Esses índices são superiores aos de alguns países desenvolvidos, como o Canadá, onde as mulheres ocupam apenas 19% dos cargos gerenciais públicos.

De 1970 a 1990, o percentual de mulheres colombianas economicamente ativas se ampliou em

168%. A participação feminina nas universidades chegou a 52% e o analfabetismo em mulheres maiores de 15 anos baixou de 40%, na década de 50, para 8% nos dias atuais. “Essa foi a única luta que a Colômbia ganhou sem disparar um tiro”, declara uma professora daquele país.

As conquistas das mulheres são expressivas em todo o mundo. “Mas” — como diz Fernando Brandt na bela letra de *Maria, Maria* — “é preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter sonho sempre. Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida...”



Para Emilia, a Colômbia está mais avançada que o Brasil na garantia de espaço para as mulheres

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Saturnino quer menos encargos para os pequenos municípios

Projeto de lei em tramitação na CAE limita em 6% o nível de comprometimento da receita com o pagamento da dívida consolidada

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) estabelecendo em 6% o limite para comprometimento da receita no pagamento da dívida consolidada dos municípios com até 20 mil habitantes e identificados como áreas prioritárias no programa Comunidade Solidária.

Pelo projeto, os municípios com mais de 20 mil e menos de 30 mil habitantes e igualmente identificados como áreas prioritárias no Comunidade Solidária terão um desembolso limitado a 8% da re-



Saturnino espera que a redução dos encargos financeiros permita aumentar os investimentos na área social

ceita. Para os demais municípios, o limite de comprometimento da receita com os encargos da dívida será de 12%.

Segundo Saturnino, o objetivo do projeto é conceder tratamento diferenciado para municípios com população inferior a 30 mil habitantes, onde se localizam os

bolsões de pobreza no Brasil. O senador explicou que as despesas efetuadas por esses municípios num exercício financeiro deveriam ser constituídas apenas pelas obrigações referentes às despesas empenhadas e pagas nesse exercício.

Ele argumenta que, devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria dos municípios, principalmente os de menor capacidade de gerar receita, tais despesas são acrescidas dos compromissos de exercícios anteriores.

Saturnino acrescenta que o artigo 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites iguais para todos os entes da Federação, mas não trata de limites para comprometimento anual da receita.

— O estabelecimento de limites mais reduzidos em favor dos municípios mais pobres permitirá o direcionamento de grande parte dos recursos para investimentos sociais — acredita ele.

Patrocínio pede apoio para a construção civil e o combate ao déficit habitacional

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez um apelo às autoridades governamentais para que tomem as medidas necessárias para o desenvolvimento da indústria da construção civil, como forma de reduzir o déficit habitacional no país, que chega a 15 milhões de moradias. Ele afirmou que nos últimos anos “não tem havido uma determinação política firme e de longo prazo para a solução desse grave problema social”.

Patrocínio lembrou que, embora o direito à moradia seja garantido pela Constituição federal, a sua concretização ainda se encontra muito distante, já que o país convive com um déficit habitacional “enorme, histórico e crescente”.

Na opinião do senador, a saída para o problema é desenvolver e fortalecer a construção civil. Ele lembrou que o setor contribui para melhorias sociais — a começar pelo aumento da oferta de empregos e de moradias — e para o aumento da renda, da poupança, dos investimentos e da geração de tributos, o que ajuda a dar



Segundo Carlos Patrocínio, o Brasil convive com um déficit de moradias “enorme, histórico e crescente”

eficiência e produtividade à economia nacional.

— Um bom programa de construção de moradias melhora a qualidade de vida da população como um todo, contribui para reduzir o número de excluídos, resgatando a dignidade, o respeito e a cidadania, além de reduzir os bolsões de pobreza e a violência social — acentuou o senador.

Entre as medidas de incremento à construção civil, propôs o parlamentar, poderia estar a dedução no Imposto de Renda das pessoas físicas dos juros pagos em financiamentos imobiliários. Ele

explicou que nos Estados Unidos essa modalidade de desconto contribui para desenvolver o setor, por motivar as pessoas a investirem num bem essencial como a casa própria, contraindo uma dívida de longo prazo.

Carlos Patrocínio afirmou que, se as autoridades governamentais tomarem a decisão política de incrementar o setor da construção civil, o Congresso Nacional certamente dará todo o apoio necessário e aprovará as normas legais para que seja implementado um programa moderno de construção de moradias.

João Alberto diz que “é preciso, urgentemente, enfraquecer as facções criminosas”



João Alberto propõe a proibição do uso de celular pelos presos

Com o objetivo de oferecer maior segurança e estabilidade ao sistema penitenciário do país, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) apresentou projeto que proíbe o uso de telefone celular, rádio comunicador, fax ou aparelho similar pelos presos. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

— É preciso, urgentemente, enfraquecer as facções criminosas proibindo o uso de telefone celular nas prisões, a fim de desestruturar a ordenação sistemática dos presos — afirma João Alberto Souza.

O senador diz que os presos têm tido grande poder de comunicação entre si graças ao uso de aparelhos de telecomunicação que estariam “facilitando os negócios

do lado de fora da prisão, permitindo as articulações de tentativas de fuga ou a interferência nas investigações policiais”. Por esse motivo, João Alberto considera que “pouco adianta prender delinquentes e levá-los a julgamento, porque os presos, principalmente os chefes de quadrilha, continuam, de dentro da prisão, a comandar os subordinados e a liderar rebeliões em outras unidades penitenciárias”.

— Absurdo maior é a ocorrência da mais grave rebelião da história do país, que atingiu, recentemente, 29 presídios no estado de São Paulo. Os presos se comunicavam com os internos de outras unidades por meio de uma rede de telefones celulares e rádios, o que assegurou a rápida propagação do movimento para várias cidades paulistas — lembrou.

Waldeck Ornélas reassume mandato no Senado Federal

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) reassumiu na manhã de quinta-feira seu mandato legislativo. Ele estava licenciado desde abril de 1998, quando foi nomeado ministro da Previdência e Assistência Social, cargo do qual foi exonerado pelo presidente da República.

A demissão de Ornélas, realizada juntamente com a do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, ocorreu em decorrência da crise política provocada pela divulgação de audiência do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com três procuradores federais. Na conversa, parcialmente reproduzida pela revista *IstoÉ*, Antonio Carlos teria estimulado os procuradores a quebrarem o sigilo bancário do ex-



Waldeck Ornélas foi ministro da Previdência entre abril de 1998 e fevereiro de 2001

secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, nos anos de 1994 e 1998.

Enquanto ocupou o cargo de ministro, Waldeck Ornélas foi substituído no Senado pelo suplente Djalma Bessa.

Líderes retomam entendimentos sobre o comando das comissões

Antes da indicação dos integrantes das sete comissões permanentes do Senado, é preciso definir a distribuição desses órgãos entre as bancadas

As lideranças no Senado deverão retomar amanhã as negociações sobre a composição das comissões permanentes, buscando definir a qual partido caberá o comando de cada uma delas. Os futuros presidentes herdarão uma extensa lista de propostas prontas para entrar em pauta: são 360 projetos de lei apresentados por senadores, 42 projetos enviados pela Câmara, 19 projetos de decreto legislativo e 64 propostas de emenda à Constituição.

Assim que for alcançado um entendimento a respeito da distribuição das comissões entre as bancadas, os líderes partidários farão as indicações dos novos integrantes dos colegiados, que se reunirão — ainda sem data definida — com o objetivo de eleger os seus presidentes para mandatos de dois anos, simultâneos ao da nova Mesa.

Muitas das propostas de emenda constitucional que tramitam no Senado tratam de temas ligados à reforma política. Entre elas, as que propõem a manutenção do segundo turno apenas para as eleições presidenciais, o fim da reeleição e

Comissões permanentes do Senado	
	Número de membros
Comissão de Assuntos Econômicos	27
Comissão de Assuntos Sociais	29
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	23
Comissão de Educação	27
Comissão de Fiscalização e Controle	17
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	19
Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	23

a criação do sistema eleitoral misto — distrital e proporcional — para a escolha dos deputados federais. Também estão prontas para votação, nas comissões, as propostas apresentadas pela Comissão Especial de Combate à Pobreza, que prevê a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo e o estabelecimento da renda mínima como direito social.

A composição das comissões deverá assegurar “tanto quanto possível”, segundo o Regimento Interno do Senado, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos partidários. Após as indicações feitas pelos líderes, as comissões têm prazo de cinco dias úteis

para instalar seus trabalhos e eleger o presidente e o vice-presidente, em votações secretas. Ocorrendo empate, a eleição deve ser repetida no dia seguinte; verificando-se novo empate, será considerado eleito o candidato mais idoso.

Os presidentes das comissões têm um papel decisivo na tramitação dos projetos que passam pelo Senado. Cabe a eles, de acordo com o Regimento, ordenar e dirigir os trabalhos da comissão, dar-lhe conhecimento de todas as matérias recebidas e designar os relatores para cada uma dessas matérias. Além disso, devem resolver questões de ordem e agir como meio de comunicação entre a comissão

e a Mesa do Senado.

Entre as competências das comissões estão as de discutir e votar projetos de lei, convocar ministros de Estado para prestar informações a respeito de suas pastas, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e opinar sobre o mérito de proposições submetidas ao seu exame, emitindo parecer sobre elas.

Além da Comissão Diretora, à qual cabe exercer a administração interna do Senado, existem sete comissões permanentes na Casa: Assuntos Econômicos (CAE); Assuntos Sociais (CAS); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Educação (CE); Fiscalização e Controle (CFC); Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Cada uma das comissões poderá, segundo o Regimento, criar até quatro subcomissões permanentes ou temporárias, a partir de proposta de qualquer um de seus integrantes. Os relatórios aprovados pelas subcomissões serão submetidos ao plenário da comissão à qual estão subordinadas.



Segundo Maria do Carmo, hoje “a mulher apanha, dá queixa, volta a apanhar e nada se resolve”

Maria do Carmo quer flagrante para agressor de mulher

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) apresentou projeto que institui a prisão em flagrante e a cobrança de fiança nas ocorrências referentes a crime de agressão contra a mulher, cometido pelo marido, ex-marido, companheiro, ex-companheiro, namorado ou ex-namorado da vítima.

A proposta da senadora modifica a atual legislação criminal, que proíbe a prisão em flagrante, como também a cobrança de fiança, no caso de o agressor se encaminhar imediatamente a um juizado especial ou se comprometer a nele comparecer. Com isso, de acordo com a senadora, apesar de registrarem-se inúmeras queixas em delegacias sobre as agressões sofridas por mulheres, a polícia não pode prender efetivamente os agressores e limita sua ação a registrar a ocorrência.

Ao justificar a proposição, Maria do Carmo disse que, na prática, hoje compete às delegacias apenas registrar a ocorrência e encaminhá-la aos fóruns especiais, “onde as queixas ficam mofando por no mínimo cinco meses, até que os agressores se cansam de bater e as mulheres desistam de denunciar”.

A senadora também afirmou que “a mulher apanha, dá queixa, volta a apanhar e nada se resolve, até ser morta pelas mãos do próprio companheiro”. Maria do Carmo sustenta que o maior risco de a mulher ser agredida é enfrentado na própria casa, sendo o agressor o marido, o ex-marido ou atual companheiro. Ela salienta ainda que, como a vítima da violência doméstica não tem muitas opções, diante do poder físico, econômico, psicológico, social e sobretudo emocional do homem, muitas vezes sente-se sem saída, “podendo, inclusive, ocorrer-lhe a idéia de matar o agressor”.

Eduardo saúda criação de novo corredor ecológico no Cerrado

Ao registrar a intenção do Japão de implantar mais um corredor ecológico no Cerrado, com sua Agência Japonesa de Cooperação (Jica), o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou que a cooperação internacional poderá tornar-se um plano concreto de desenvolvimento para o Cerrado e a Amazônia.

A existência desse plano seria inclusive, na avaliação do senador, a resposta brasileira às ameaças continuamente denunciadas à soberania do país, ameaças que, a seu ver, resultam da falta de uma proposta brasileira de cooperação dirigida para a produção sustentável de alimentos.

Com investimentos iniciais de US\$ 250 mil da Jica e igual contrapartida do governo brasileiro, o novo cor-



Eduardo: Cerrado poderia produzir 100 milhões de toneladas de alimentos

redor ecológico deverá localizar-se no Vale do Paranã, em Goiás, ou na região do Jalapão, abrangendo partes dos estados do Tocantins, do Maranhão e da Bahia, segundo informou Eduardo Siqueira Campos.

O senador voltou a defender a importância do Cerrado, que

representa quase um quarto do território nacional e cobre quase dois milhões de quilômetros quadrados. Ele alertou para o perigo e o desperdício que representa o fato de essa região continuar sem uma rede adequada de transportes que lhe permita expandir sua produção em níveis adequados à sua potencialidade. Também disse que, se apenas 30% da área do Cerrado for ocupada eficazmente, o Brasil poderá produzir ali mais de 100 milhões de toneladas de alimentos.



Lavagem de dinheiro é tema de depoimento

A CPI do Futebol ouviu amanhã o depoimento do deputado federal Robson Tuma (PFL-SP) e de José Francisco Veloso, ex-deputado estadual do Rio de Janeiro, que presidiu uma comissão parlamentar de inquérito que investigou a evasão de renda nos estádios de futebol.

Robson Tuma foi sub-relator da CPI do Narcotráfico, e falará sobre a lavagem de dinheiro no futebol. Veloso relatará os resultados da apuração feita pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Já foi aprovado o requerimento do relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), solicitando as atas de todas as reuniões e cópias dos depoimentos recolhidos pela comissão que foi presidida por Veloso.

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), elogiou a decisão do ministro Sydney Sanches, do Supremo Tribunal Federal (STF), de pedir à Polí-



Álvaro Dias elogia a decisão do STF de pedir investigação das denúncias contra Eurico Miranda

cia Federal que investigue as denúncias da CPI contra o deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), presidente do clube Vasco da Gama. A comissão havia pedido à Procuradoria Geral da República que examinasse os dados já levantados pelos senadores, em razão de indícios de fraude cambial e outras irregularidades.

— A decisão do Supremo mostra que a CPI está no caminho certo — afirmou Álvaro Dias.